

PACHECO DE OLIVEIRA, João. 2016. *O nascimento do Brasil e outros ensaios: “pacificação”, regime tutelar e formação de alteridades*. Rio de Janeiro: Contra Capa. 384 pp.

Henyo Trindade Barretto Filho
 DAN/UnB
 henyo.barretto@gmail.com

O livro é uma coletânea de nove textos escritos por João (como nós, seus ex-alunos, o chamamos afetuosamente) entre meados da década passada e desta, “a convite de colegas historiadores e antropólogos [...] para conferências em congressos, artigos em revistas e coletâneas” (:7). Quase todos os textos reunidos já circularam, seja em periódicos da área de antropologia, mas também de história e ciência política, seja em outras coletâneas organizadas por terceiros ou pelo próprio João – salvo pelo instigante nono e último capítulo, em que o autor analisa o emprego moderno da categoria colonial de pacificação pelo governo e pela imprensa nas políticas voltadas para a população das favelas cariocas (situação em que também usa a noção de fronteira como ferramenta analítica). Quase todos os textos estão disponíveis no link “Produção” de seu site pessoal (<http://jpoantropologia.com.br/pt/>), onde há informações relativas aos contextos originais de publicação dos textos, que vão além do circuito estritamente antropológico, incidindo nos campos da economia, história e ciência política, como os publicados em livros editados pela Fundação Getúlio Vargas.

O não ineditismo da produção reunida na coletânea não torna sua publicação menos significativa. Ao contrário, passados mais de quinze anos da edição da primeira coletânea exclusiva de textos de João, *Ensaio em antropologia histórica* (Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 1999), esse novo volume permite observar não só a direção que tomou o pensamento de um dos mais destacados etnólogos do país, mas também o que tal desenvolvimento deve às interações de João com diferentes públicos e interlocutores ao longo desse período.

Alguns dos capítulos de *O nascimento do Brasil* desdobram e aprofundam formulações reunidas na coletânea de 1999, tais como o 6 (“Mensurando alteridades, estabelecendo direitos”), que estuda as histórias dos índios no Brasil a partir dos censos nacionais e problematiza os procedimentos da quantificação censitária como prática e saber governamental, originalmente enfocados no artigo sobre “os índios nos censos nacionais”; o 8 (“Sem a tutela, uma nova moldura

de nação”), que estende a análise sobre a presença das sociedades indígenas na organização do Estado-nacional brasileiro do artigo “Cidadania, racismo e pluralismo”, da coletânea anterior, até o Brasil contemporâneo pós-Constituição de 1988, analisando as múltiplas repercussões da revogação da tutela do Estado na vida institucional brasileira; e o 5 (“Uma etnologia dos ‘índios misturados?’”), conferência realizada no concurso para professor titular da disciplina Etnologia do Museu Nacional/UFRJ e introdução à coletânea *A viagem da volta* (na qual tenho uma contribuição), que retoma, estende e verticaliza o argumento muito debatido desde a sua publicização original, há quase vinte anos, quando se discutiram “as prioridades e as premissas dos estudos americanistas” considerando o “desconforto [destes] quanto a populações indígenas com baixo grau de distintividade cultural”.

Tive a oportunidade de testemunhar alguns experimentos de João com versões preliminares dos textos reunidos na coletânea, tanto no âmbito acadêmico, quanto em trabalhos implicados: o capítulo 1, que empresta seu título à coletânea e no qual o extenso prefácio se baseia, tive oportunidade de assistir como conferência na 26ª Reunião Brasileira de Antropologia, em Porto Seguro (BA), em 2008; o argumento, a iconografia e os mapas dos capítulos 1, 2 (“As mortes do indígena no Império do Brasil”) e 6 foram testados por João com um público exclusivamente indígena no curso que coordenei de Formação Técnico-Política de Lideranças Indígenas, promovido pelo Centro Indígena de Estudos e Pesquisas (Cinep) e parceiros na Universidade de Brasília também em 2008; e um dos capítulos, como parecerista para um periódico. A participação de João em atividades de formação evidencia sua postura constante de buscar dialogar do modo mais simétrico possível com indígenas como sujeitos políticos e de conhecimento.

Parênteses. O antropólogo interessado em trabalhos ditos “aplicados” e em novos gêneros narrativos produzidos no campo antropológico (laudos e relatórios técnicos) se ressentia, contudo, de não encontrar na coletânea artigos de João sobre questões metodológicas, éticas e políticas do ofício antropológico – como o capítulo sobre as perspectivas para as perícias em terras indígenas e o seu memorial para o concurso de professor titular (“O ofício do etnógrafo e a responsabilidade social do cientista”), ambos na coletânea de 1999. Penso em artigos como “O antropólogo como perito” (2002), “Pluralizando tradições etnográficas” (2004) e a versão revista e ampliada deste em “Etnografia enquanto compartilhamento e comunicação: desafios atuais às representações coloniais da antropologia” (2013). Fecha parênteses.

A pista para entender a evolução do trabalho de João e a relativa unidade entre os textos da coletânea é ele próprio quem dá no início do prefácio. Trata-se

da experiência profissional como pesquisador do CNPq sediado na Fundação Joaquim Nabuco, em Recife (PE), durante 18 meses entre 2005 e 2006. Nesse período, ele organizou, com a Articulação dos Povos e Organizações Indígenas do Nordeste, Minas Gerais e Espírito Santo (Apoime), a exposição “Os primeiros brasileiros” e pôde “conhecer no plano local as múltiplas formas políticas e culturais que assumiam as etnogêneses e os processos de resistência indígena” (:9). A experiência de organização conjunta da exposição com seus sujeitos certamente explica a centralidade que a análise das manifestações de natureza estética assume nos ensaios: do “indianismo literário e a pintura acadêmica” no capítulo 2, que engendram “uma modalidade específica de esquecimento da presença indígena na construção da nacionalidade” (:76); passando pelo “componente de pesquisa de imagens” na “investigação histórica” das “representações [artísticas e científicas] construídas sobre os indígenas amazônicos e a expansão desta fronteira” por pensadores do século XIX (:162) no capítulo 4 – em que recorre às noções de cenário e paisagem; até a fotografia das alegres mulheres tupinambás na contracapa, a título de “inspiração [...] na releitura de episódios passados e presentes na história nacional” (:40). O caderno de imagens que integra a coletânea reúne parte dessa rica iconografia coligida por João a partir desse período e interage com o prefácio e os capítulos 1, 2, 6 e 7.

Os capítulos “constituem exercícios de uma antropologia histórica” (:8), em cuja construção João trabalha há décadas e que tem implicado repensar a clivagem entre antropologia e história a partir de um conjunto de “esforços criativos” de pesquisadores de diferentes nacionalidades e “novas linhas de investigação nas duas disciplinas [que] tornaram evidentes os limites dessa pretensa separação” (:30). A intenção nominada comum é “reexaminar criticamente as interpretações atribuídas à presença indígena, explicitando as múltiplas formas de agência e participação que as populações autóctones tiveram na construção da nação” (:7). Assim, define como “preocupação constante [...] abordar os fenômenos sociais partindo de uma postura etnográfica e dialógica, procurando de modo sistemático combinar o olhar antropológico com a crítica historiográfica, alimentando-se também da pesquisa histórica e antropológica atual” (:31) – como, de fato, sobressai da leitura de todos os textos.

Os textos, segundo João, abordam “eventos, personagens e processos de momentos distintos [...], descritos e analisados de maneira separada, *sem a intenção de estabelecer entre eles qualquer forma de continuidade cronológica ou nexu causal*” (:7, *italicos meus*), “realiza[ndo] intervenções críticas e pontuais” (:9). No entanto, a organização sucessiva dos textos na coletânea deixa a nítida impressão de certa continuidade cíclica: começando com a revisão do paradigma

historiográfico hegemônico, sua autorrepresentação da nação e suas metáforas de fundação; passando pelas narrativas literárias e plásticas do esquecimento nos processos políticos e socioculturais de formação da nacionalidade no século XIX; seguindo pela expansão da “fronteira”, entendida como guerra permanente, pelo vale amazônico e as suas correspondentes ideologias dos vazios demográficos, pujança da natureza e ignorância da diversidade cultural; prosseguindo com os processos de etnogênese ocorridos ao longo do século XX no Nordeste e o papel das práticas censitárias na modulação das alteridades e criação de fronteiras étnicas; chegando à sociogênese dos modernos movimentos indígenas no Brasil e à revogação da tutela com a Constituição de 1988, que sinaliza uma aparente “nova moldura de nação”; até concluir com a ressurreição da categoria colonial de pacificação no tratamento de questões urbanas contemporâneas, cuja etnografia o faz retornar à discussão do uso social dessa categoria no capítulo 1. A alternância dos “regimes específicos de formação de alteridades”, que também são “regimes de memória” (conceitos-chaves para João), encadeiam-se ao longo da coletânea de um modo que não necessariamente sinaliza rupturas, visto que a coletânea tem uma espinha dorsal: tratar os indígenas como protagonistas e agentes efetivos na construção do país que temos hoje.

João vem encarando esse desafio de “compreender melhor – mais além dos estereótipos – as motivações e significados das ações realizadas por indígenas” (:8), recolocando-os como agentes efetivos na construção do Brasil” (:9) há algum tempo e em publicações não dirigidas exclusivamente ao público acadêmico, como é a presente coletânea. Veja-se o livro *A presença indígena na formação do Brasil*, escrito com Carlos Augusto Freire e publicado em 2006 na série Via dos Saberes, da coleção Educação para Todos (Brasília: Secadi/MEC; Rio de Janeiro: Laced/Museu Nacional, 2006), como material para qualificar a formação de professores dos ensinos fundamental e médio. Se para a sua produção recente empregarmos a sua própria noção de “situação etnográfica”, isto é, de “condições sociais específicas que envolvem a produção de dados etnográficos” (:33), observaremos que os trabalhos de João reunidos na coletânea emergem do diálogo com múltiplos atores: os próprios sujeitos indígenas, professores e formadores de opinião, e pesquisadores de várias disciplinas. Aplicando, assim, a mesma abordagem que ele empregou para mostrar “como ocorreu a formação do objeto de investigação e reflexão intitulado ‘índios do Nordeste’”, veremos que o seu trabalho se desenvolve na inter-relação concreta entre “modelos cognitivos e demandas políticas” (:194). Enfim, uma etnologia não ensimesmada.